

SANTA CATARINA

Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho



1º trimestre 2025

jan | fev | mar



Foto: Jonatã Rocha / SECOM-SC

Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho

O Boletim Trimestral de Indicadores do Trabalho é uma publicação periódica da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina (SEPLAN) que apresenta a evolução dos principais indicadores do mercado laboral em Santa Catarina.

O objetivo é oferecer um instrumento sintético de monitoramento das condições do mercado de trabalho para subsidiar a reflexão e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas de trabalho e desenvolvimento econômico no Estado.

A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua (PNAD Contínua), divulgada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

EDIÇÃO 1º TRIMESTRE DE 2025

Direção Samires Felipe

Coordenação Pietro Caldeirini Aruto
Renato Souza Tristão

Conteúdo Daniele Cristina Knihs
Pietro Caldeirini Aruto

Revisão Micheline Guerreiro Krause

*Projeto Gráfico
e Diagramação* Cassiana Mendonça Pottmaier





Foto: Jonatã Rocha / SECOM-SC

Santa Catarina tem o menor nível de desocupação do Brasil4

Destaque da edição 6

Análise dos resultados divulgados para Santa Catarina..... 10

Força de trabalho catarinense 11

Ocupados no mercado de trabalho..... 12

Desocupados no mercado de trabalho..... 15

Força de trabalho potencial..... 17

Subutilização da força de trabalho 18

Trabalhadores informais..... 19

Rendimento dos trabalhadores 20

Situação geral do mercado de trabalho catarinense..... 21



Foto: Ricardo Wolffenbuttel / SECOM-SC

Santa Catarina tem o menor nível de desocupação do Brasil

Renda acima da média nacional e a menor taxa de informalidade do país

O mercado de trabalho catarinense no 1º trimestre de 2025

No dia 16 de maio, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados catarinenses da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referentes ao primeiro trimestre de 2025. A pesquisa evidencia os bons resultados do mercado de trabalho em Santa Catarina. O estado apresentou o menor nível de desocupação do país (3,0%) e a menor taxa de desalentados (0,3%) entre as unidades federativas. Nacionalmente estes resultados foram de 7,0% e 2,8%, respectivamente.

Para os trabalhadores ocupados, os resultados também são positivos. O rendimento médio efetivamente recebido em todos os trabalhos foi de R\$ 4.312,00 no primeiro trimestre de 2025. Um crescimento de 13,27% em relação ao mesmo trimestre de 2024 e 18,7% acima do recebido nacionalmente (R\$ 3.633,00).

NÍVEL DE DESOCUPAÇÃO

3,0%

Santa Catarina
(menor do país)

7,0%

Brasil

TAXA DE DESALENTADOS

0,3%

Santa Catarina
(menor taxa entre as unidades federativas)

2,8%

Brasil

Outro destaque é a baixa informalidade do mercado de trabalho catarinense. No primeiro trimestre de 2025, essa taxa foi de 25,3%, a menor entre os estados brasileiros. O Brasil, como um todo, apresentou uma taxa de informalidade de 38,0%.

Além disso, Santa Catarina registra a menor taxa de subutilização da força de trabalho entre os entes federativos, com apenas 5,3% da população economicamente ativa desocupada, subocupada ou desalentada.

No cenário econômico, o estado continua promissor, refletindo a produtividade e diversidade da economia catarinense. Dados dessazonalizados do Índice de Atividade Econômica do Banco Central demonstram que Santa Catarina registrou crescimento de 2,5% no primeiro trimestre de 2025, acima da média nacional (1,3%) e da região Sul (0,9%).

O impacto do crescimento do emprego e da renda favorece de modo direto os setores de Serviços e Comércio, que respondem quase diretamente aos efeitos do aumento da capacidade de consumo das famílias.

No primeiro trimestre de 2025, o resultado acumulado do *Índice de receita nominal de serviços* em Santa Catarina apresentou aumento de 10,3% em relação ao mesmo período de 2024. Nacionalmente, esse crescimento foi de 7,6%. O número de trabalhadores nesse setor cresceu 3,5% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

No Comércio, o crescimento acumulado do *Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado*, em 2025, foi de 11,8% no estado, em relação ao mesmo período do ano anterior, superando a média nacional de 5,9%. O crescimento do emprego no setor, por sua vez, foi de 6,0% em Santa Catarina.

A Indústria, setor que concentra atividades de alta produtividade e valor agregado, apresentou bons resultados no ano de 2025 em Santa Catarina. A variação acumulada da *Produção física industrial* cresceu 8,5% em relação ao mesmo período de 2024. Esse resultado foi aproximadamente quatro vezes melhor que o apresentado nacionalmente, de +1,9%. No entanto, na comparação entre os primeiros trimestres de 2024 e 2025, o setor registrou redução de 0,6% no emprego.

25,3%

menor taxa de informalidade entre os estados brasileiros

Brasil = 38,0%

5,3%

menor taxa de subutilização da força de trabalho

2,5%

crescimento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central

Brasil = 1,3%

Região Sul = 0,9%

10,3%

aumento do resultado acumulado do *Índice de receita nominal de serviços*

Brasil = 7,6%

11,8%

crescimento acumulado do *Índice de receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado*

Brasil = 5,9%

8,5%

crescimento da variação acumulada da *Produção física industrial*

Brasil = 1,9%

Santa Catarina tem a melhor distribuição de renda entre trabalhadores ocupados do país



Foto: Ricardo Wolffenbuttel / SECOM-SC

Santa Catarina apresentou o menor Índice de Gini entre trabalhadores ocupados na comparação com outros estados brasileiros. No primeiro trimestre de 2025, o estado registrou Gini de 0,424, um resultado 17,8% menor que o apresentado pela média nacional, de 0,516.

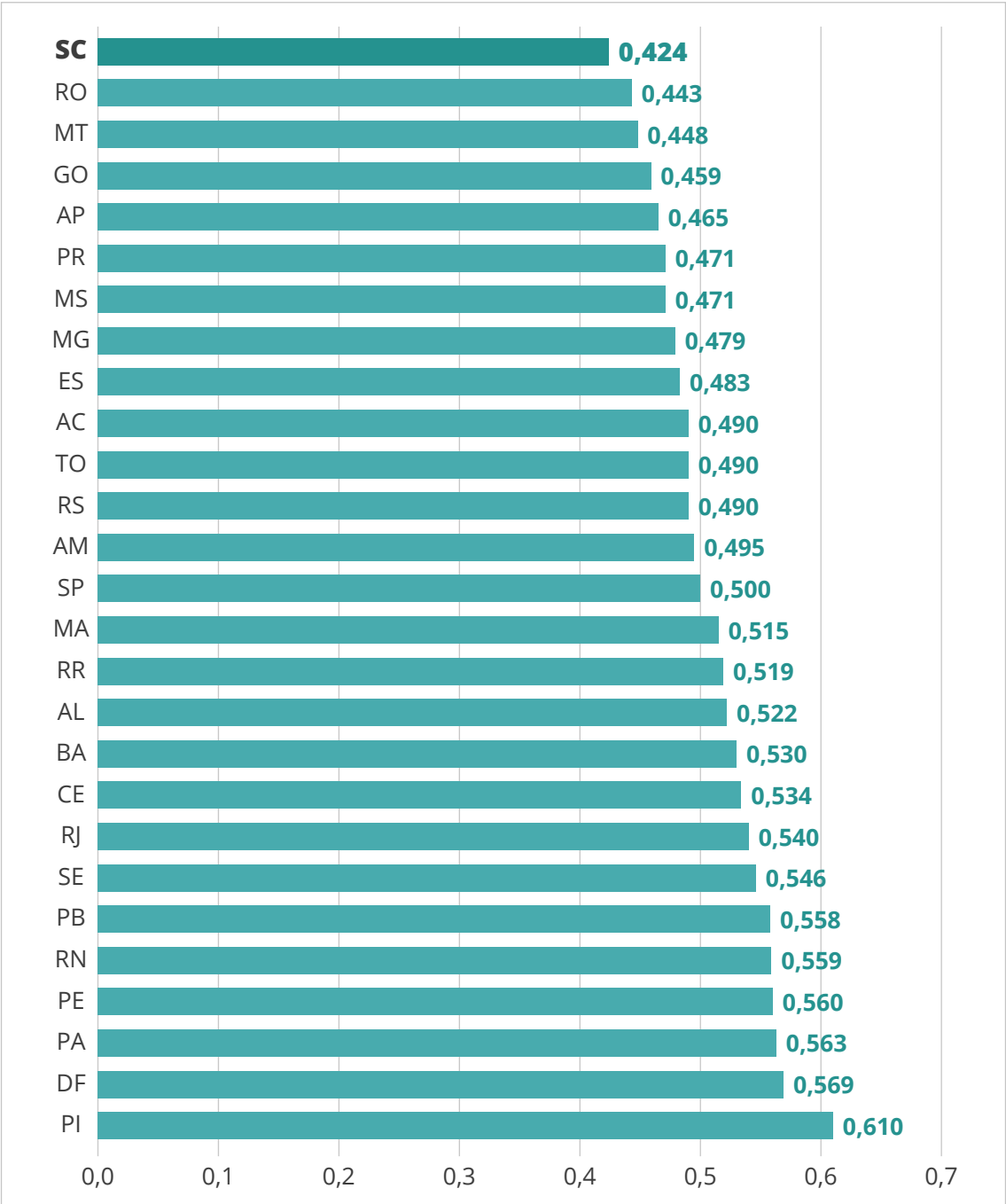
O Índice de Gini é um indicador que mede o grau de concentração da renda de um determinado grupo. Possui escala que varia de 0 (zero) a 1 (um), na qual quanto menor o valor e mais próximo de zero menos concentrados são os dados, ou seja, menos desigual. Valores mais altos e mais próximos de 1 indicam maior concentração da renda e maior desigualdade. O Índice de Gini sintetiza a desigualdade salarial em um valor único, permitindo comparar de forma simples e contínua a dispersão de rendimentos entre trabalhadores ao longo do tempo, entre setores e regiões. Para este estudo foram utilizados valores do rendimento mensal efetivamente recebidos em todos os trabalhos por pessoas com mais de 14 anos de idade¹.

¹ Rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade (apenas para pessoas que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho), código da variável VD4020, conforme dicionário dos microdados.

O monitoramento dos dados sobre a desigualdade socioeconômica facilita a identificação de disparidades ocultas. Ao mesmo tempo, orienta a criação de políticas públicas mais eficazes e permite avaliar a trajetória do desenvolvimento econômico e sustentável. As evidências possibilitam acompanhar os programas e projetos focados no ajuste e redução dessas diferenças.

Santa Catarina liderou o ranking nacional com o menor índice de desigualdade entre trabalhadores ocupados no primeiro trimestre de 2025, seguida por Rondônia (0,443) e Mato Grosso (0,448). Comparativamente com os estados da Região Sul, o Paraná ficou em sexto lugar e o Rio Grande do Sul em décimo segundo lugar como estados menos desiguais. O estado que apresentou a maior desigualdade foi o Piauí, com Índice de Gini de 0,610.

Gráfico 1: Índice de Gini Unidades da Federação, 1º trimestre de 2025.



Fonte: Seplan (2025), com base em Microdados PNAD Contínua/IBGE (2025).

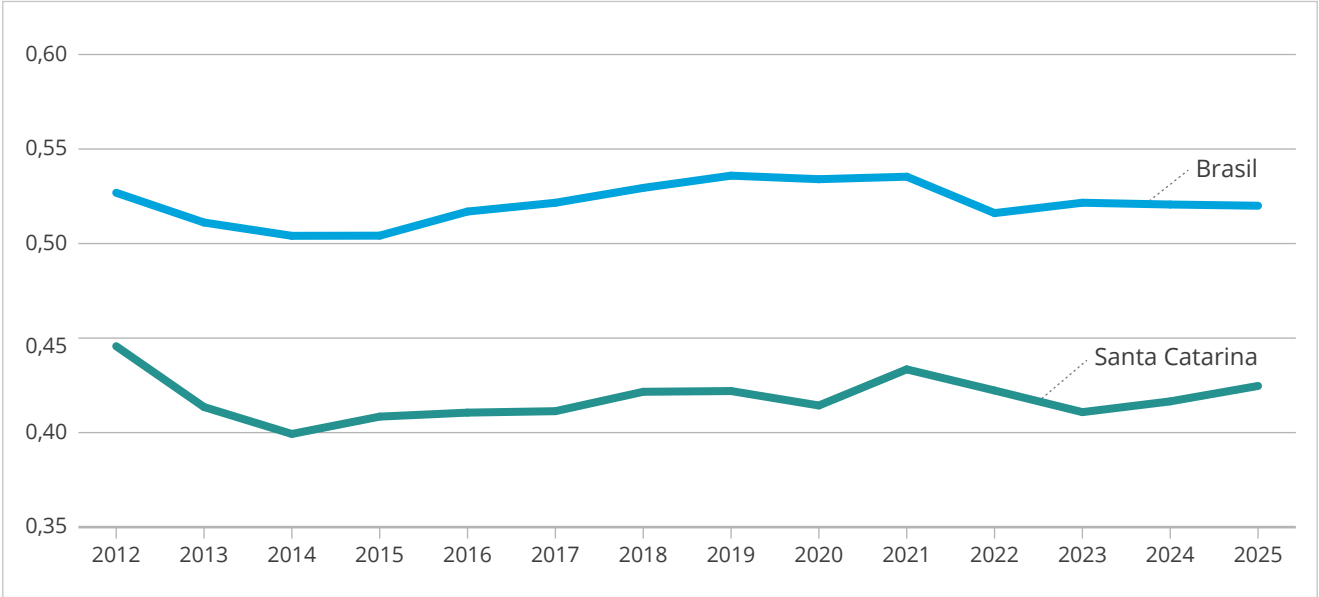
Vale ressaltar que os estados que apresentaram os menores índices de desigualdade, ou seja, Santa Catarina, Rondônia e Mato Grosso, também apresentaram as menores taxas de desocupação no trimestre.

Mais do que uma exceção, a baixa desigualdade de renda entre os ocupados em Santa Catarina é uma característica marcante do Estado e pode estar associada a fatores de ordem histórica e conjuntural. Entre os fatores históricos, ressalta-se a formação econômica de Santa Catarina baseada na pequena propriedade rural e em uma rede urbana-industrial descentralizada. Esse arranjo favoreceu a dispersão das atividades econômicas pelo território e a absorção de um contingente expressivo dos trabalhadores.

Do ponto de vista conjuntural, o menor nível de desigualdade de renda no estado pode estar relacionado a fatores como a renda média elevada (R\$ 4.312,00, 4ª colocação no ranking estadual), a baixa desocupação (3%, a menor taxa do Brasil), o baixo nível de informalidade (25,3%) e bons resultados em indicadores sociais (IDHM de 0.792, 3º maior do país). Esses dados sugerem uma correlação entre um menor nível de desigualdade de renda com maiores níveis de geração de riqueza, menor pobreza, maior longevidade, entre outras variáveis importantes do desenvolvimento econômico e sustentável.

A série histórica revela que Santa Catarina tem se consolidado como um dos estados menos desiguais do Brasil. Os dados dos primeiros trimestres de cada ano revelam que, desde 2012, SC aparece em primeiro lugar como estado menos desigual em todos os anos, com exceção de 2021 em que ficou atrás de Rondônia. Além disso, entre 2012 e 2025 houve redução de 4,71% da desigualdade entre os ocupados em Santa Catarina.

Gráfico 2: Índice de Gini, Brasil e Santa Catarina. Período: 1º trimestres de 2012 a 2025.



Fonte: Seplan (2025), com base em Microdados PNAD Contínua/IBGE (2025).

No recorte por sexo, as mulheres ocupadas apresentaram menor índice de desigualdade, de 0,407 (1tri25), assim como a maior redução da desigualdade em relação ao mesmo período de 2012 (-5,78%). Entre os homens, esse índice foi de 0,428 no mesmo trimestre.

Na análise a partir do grau de instrução, a maior desigualdade foi observada entre trabalhadores com ensino superior, um índice de 0,427, no primeiro trimestre de 2025. Já a menor desigualdade foi registrada entre os trabalhadores com ensino médio completo ou equivalente, com índice de Gini de 0,324. Este grupo também foi o que apresentou maior redução da desigualdade entre os primeiros trimestres de 2012 e 2025, uma variação de -14,9%.

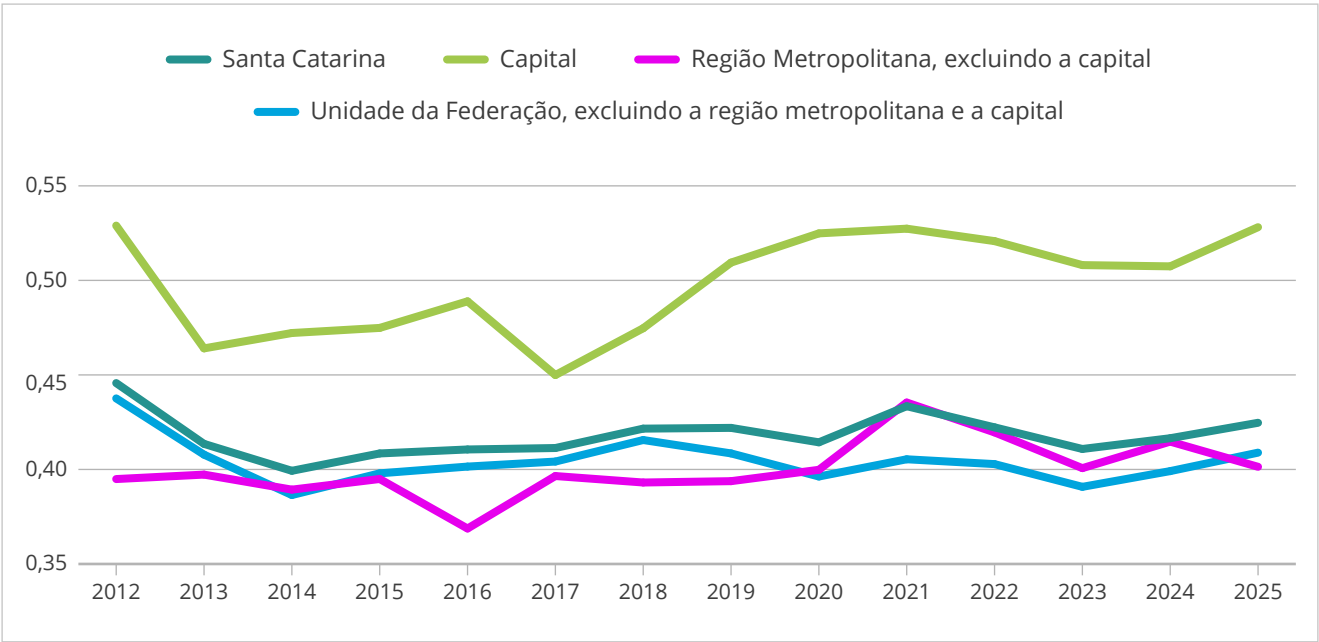
Outro dado importante é a desigualdade entre os trabalhadores de um mesmo setor. O setor que apresentou a maior desigualdade salarial entre os trabalhadores ocupados foi o de *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas*, com Gini de 0,461. Por outro lado, a menor desigualdade no mesmo setor foi registrada pelos trabalhadores de *Serviços domésticos* (0,305), o que pode ser explicado parcialmente pela uniformidade salarial do setor. Nestes setores, a redução foi de 2,16% e 2,85%, respectivamente.

A série histórica por setor revela que *Alojamento e alimentação* foi o segmento que mais reduziu a desigualdade entre os ocupados, passando de 0,449 em 2012 para 0,357 em 2025, o que significa uma redução de 20,53%.

Os resultados por recorte geográfico revelam uma diferença significativa da desigualdade entre trabalhadores. A Região Metropolitana, excluída a capital, apresentou um Índice de Gini de 0,401, a menor desigualdade entre os recortes territoriais. Para o restante do estado, esse índice foi de 0,408 no primeiro trimestre de 2025.

Na capital catarinense, o índice de desigualdade foi maior do que o registrado nas outras regiões, um resultado de 0,528. Vale ressaltar que o índice considera a amplitude e desigualdade entre os rendimentos e não reflete o nível de renda em absoluto individual. A análise dos rendimentos médios mensais efetivamente recebidos em todos os trabalhos mostra que a média da capital é de R\$ 6.796,00, aproximadamente 55% superior à média do estado, de R\$ 4.374,00.

Gráfico 3: Índice de Gini Santa Catarina por recorte geográfico.
Período: 1º trimestre de cada ano, 2012 a 2025.



Fonte: Seplan (2025), com base em Microdados PNAD Contínua/IBGE (2025).



Análise dos resultados divulgados para Santa Catarina



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua

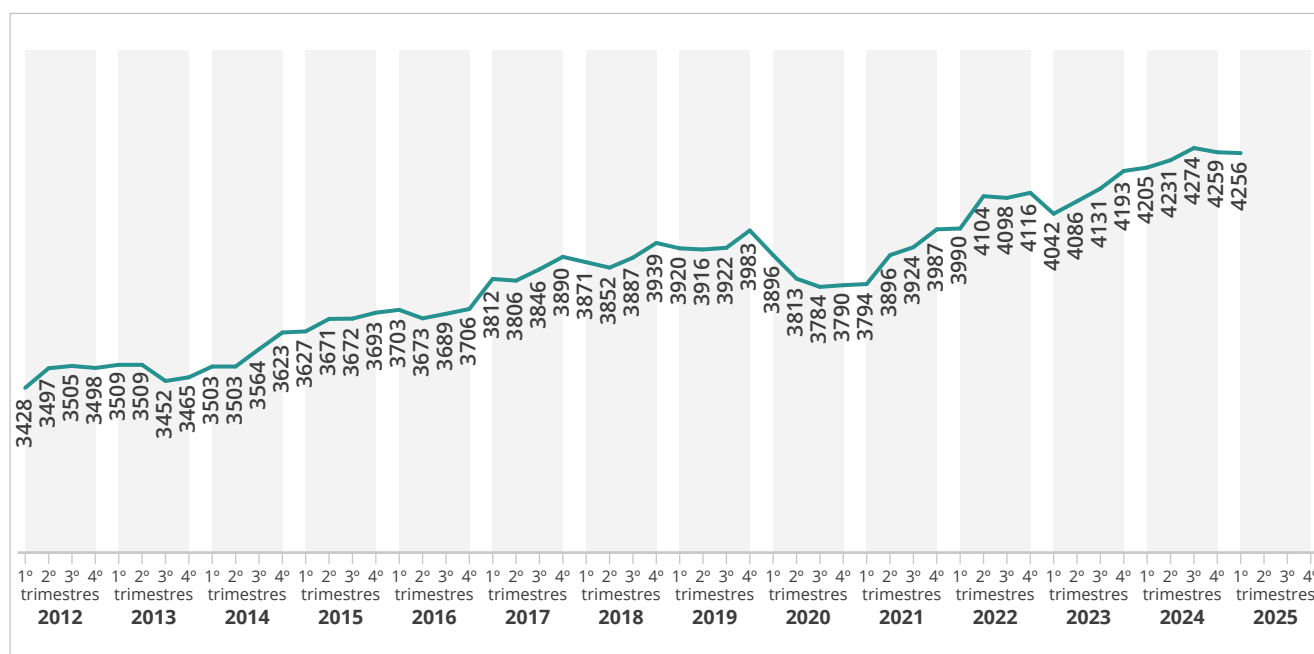
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Força de trabalho catarinense

A força de trabalho em Santa Catarina no 1º trimestre de 2025 foi estimada em 4,256 milhões de pessoas, conforme os dados da mais recente PNAD Contínua divulgados pelo IBGE e analisados pela Diretoria de Políticas Públicas da Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan). Na comparação com o trimestre anterior, a diferença foi de apenas -3 mil pessoas (-0,07%), o que pode indicar estabilidade no mercado de trabalho catarinense.

Em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (de janeiro a março de 2024), a diferença teve um acréscimo de 51 mil pessoas, **o que significa uma variação positiva de 1,2% da população ativa**. De fato, como demonstrado no gráfico 4, **o mercado de trabalho catarinense, com seus 4,2 milhões de participantes em 2025, apresenta o terceiro maior valor de toda a série histórica**.

Gráfico 4: Pessoas de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho (em milhares), por trimestre - SC, 2012-2025



Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

Força de trabalho

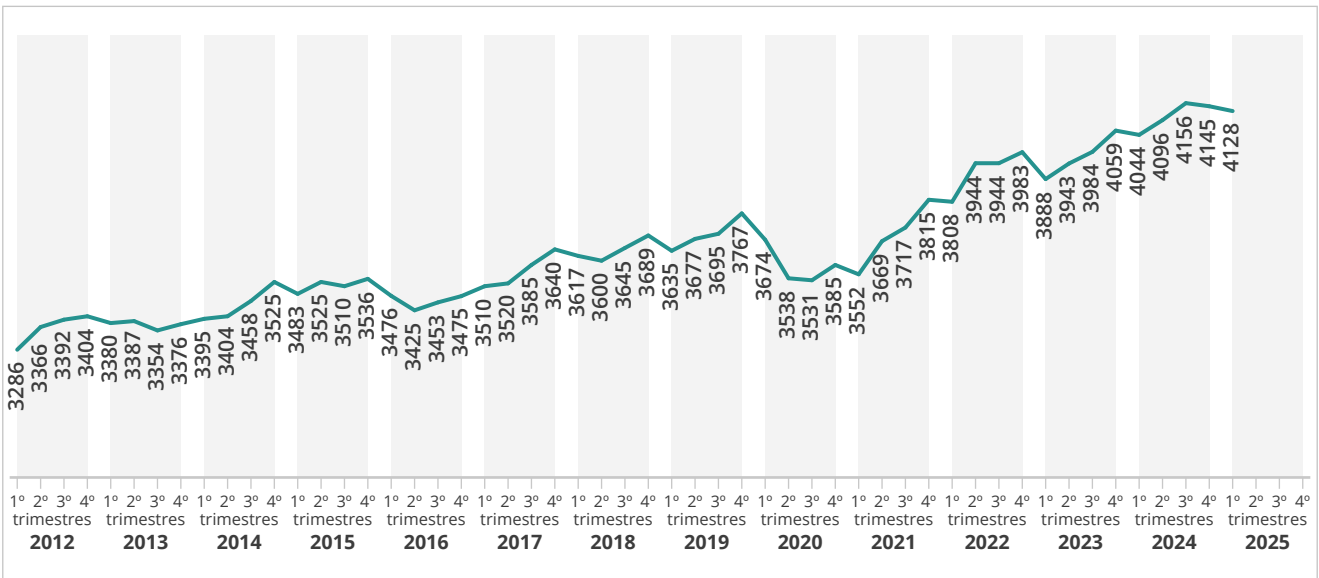
Conjunto das pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência.

Ocupados no mercado de trabalho

No estado, a população ocupada no primeiro trimestre do ano foi estimada em 4,128 milhões de pessoas. Na comparação com o trimestre anterior, a diferença foi de -17 mil pessoas, o que significou uma variação de -0,41% no conjunto da população ocupada.

Ainda assim, os atuais 4,128 milhões de ocupados **representam um aumento de 2,1% no patamar de trabalhadores catarinenses** em relação ao verificado no mesmo trimestre do ano passado (jan-mar de 2024). Em termos absolutos, a população ocupada cresceu em 84 mil trabalhadores, o que mostra um aumento expressivo na quantidade de pessoas ocupadas.

Gráfico 5: Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas (em milhares), por trimestre - SC, 2012-2025



Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

Entre as categorias de trabalhadores, em comparação ao trimestre anterior, as categorias *Empregador* e *Conta própria* apresentaram crescimento de 1,3% e 0,7%, respectivamente, com destaque para *Conta própria com CNPJ* (+6,8%). Entre os *Empregados* houve redução de 0,9%, enquanto na categoria de *Trabalhador familiar auxiliar* a variação foi de -4,9% (tabela 1).

População ocupada

Classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período, trabalharam pelo menos 1 hora completa em trabalho remunerado em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), em trabalho sem remuneração direta ou as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas.

As **posições na ocupação** classificam-se em: empregado, empregador, conta própria e trabalhador familiar auxiliar.

A **categoria da ocupação** se refere ao enquadramento legal dessas posições, tais como: empregado com ou sem carteira de trabalho assinada, regime estatutário, empregador e conta própria com ou sem CNPJ.

Comparando o cenário do mercado de trabalho para iguais períodos (os primeiros trimestres de 2024 e 2025) e considerando a necessidade de excluir eventuais interferências de sazonalidade da atividade econômica, observou-se uma elevação de 0,8% no nível de ocupação.

Considerando as categorias, o maior crescimento neste período foi verificado entre *Empregadores* (+12,4%), sobretudo entre os *Empregadores com CNPJ*, cuja quantidade apresentou aumento de 12,9%.

Em números absolutos, **o número de *Empregados no setor privado (exclusive trabalhador doméstico)* com carteira apresentou um aumento de 51 mil pessoas**, um crescimento de 2,5%.

Assim como observado nos trimestres anteriores, houve **redução de 9 mil trabalhadores familiares auxiliares (-24,6%)**. Considerando o crescimento das demais categorias, este dado pode indicar a migração de trabalhadores para outras funções.



Foto: Maurício Vieira / SECOM-SC

Ainda na comparação entre os primeiros trimestres de 2024 e 2025, os grupamentos da atividade econômica que apresentaram maior crescimento nas contratações foram *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais* (+6,8%), *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (+6,2%) e *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (+6,1%).

Tabela 1: Ocupados por condição, posição na ocupação e grupamentos de atividades – SC, 1º trim. de 2024; 4º trim. de 2024 e 1º trim. de 2025

 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Coordenação de Trabalho e Rendimento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade					Movimento Simbolo Legenda ↔ Estável ↑ Cresceu ↓ Decresceu					
PNAD Contínua - Divulgação: Maio de 2025 Trimestre móvel: jan-fev-mar/2025		Santa Catarina										
Indicadores		Estimativas dos trimestres			Variação em relação ao trimestre out-nov-dez/2024			Variação em relação ao trimestre jan-fev-mar/2024				
		jan-fev-mar/2024	out-nov-dez/2024	jan-fev-mar/2025	Situação	Diferença	VAR%	Situação	Diferença	VAR%		
Taxas (%)		Taxa de desocupação	3,8	2,7	3,0	↔	0,3	-	↓	-0,8	-	
		Nível da ocupação	65,5	66,7	66,3	↔	-0,4	-	↔	0,8	-	
		Taxa de participação na força de trabalho	68,1	68,6	68,4	↔	-0,2	-	↔	0,3	-	
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas)	por condição em relação à força de trabalho e condição na ocupação	Total	6.176	6.212	6.223	↔	11	0,2	↔	48	0,8	
		Na força de trabalho	4.205	4.259	4.256	↔	-3	-0,1	↔	51	1,2	
		Ocupada	4.044	4.145	4.128	↔	-18	-0,4	↑	84	2,1	
		Desocupada	161	114	128	↔	15	12,8	↓	-33	-20,2	
		Fora da força de trabalho	1.971	1.953	1.967	↔	14	0,7	↔	-4	-0,2	
	ocupadas por posição na ocupação, setor e categoria do emprego no trabalho principal	Empregado	2.841	2.930	2.904	↔	-26	-0,9	↔	62	2,2	
		Setor privado (excluído trabalhador doméstico)	2.321	2.396	2.364	↔	-32	-1,3	↔	43	1,8	
		Com carteira	2.025	2.107	2.075	↔	-31	-1,5	↔	51	2,5	
		Sem carteira	296	289	288	↔	-1	-0,2	↔	-8	-2,7	
		Trabalhador doméstico	161	155	155	↔	0	0,1	↔	-6	-3,7	
		Com carteira	46	47	39	↓	-8	-17,0	↔	-7	-16,1	
		Sem carteira	115	108	116	↔	8	7,6	↔	1	1,3	
		Setor público	359	379	385	↔	6	1,5	↔	26	7,2	
		Com carteira	60	57	56	↔	0	-0,8	↔	-4	-6,5	
		Militar e funcionário público estatutário	247	259	281	↑	22	8,5	↑	34	13,8	
		Sem carteira	52	63	47	↓	-16	-25,2	↔	-4	-8,3	
		Empregador	182	202	205	↔	3	1,3	↔	23	12,4	
		Com CNPJ	168	182	190	↔	8	4,4	↔	22	12,9	
		Sem CNPJ	14	20	15	↔	-5	-26,6	↔	1	6,6	
		Conta própria	983	983	991	↔	7	0,7	↔	8	0,8	
		Com CNPJ	339	370	395	↔	25	6,8	↑	57	16,7	
		Sem CNPJ	644	613	595	↔	-18	-2,9	↓	-49	-7,6	
		Trabalhador familiar auxiliar	38	30	28	↔	-1	-4,9	↔	-9	-24,6	
	ocupadas por grupamentos de atividade do trabalho principal	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	261	242	243	↔	1	0,3	↔	-19	-7,2	
		Indústria geral	956	960	950	↔	-9	-1,0	↔	-6	-0,6	
		Construção	281	289	285	↔	-4	-1,4	↔	3	1,2	
		Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	731	807	775	↔	-31	-3,9	↔	44	6,1	
		Transporte, armazenagem e correio	240	229	242	↔	12	5,3	↔	2	0,7	
		Alojamento e alimentação	177	180	186	↔	5	2,9	↔	9	5,0	
		Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	488	505	518	↔	14	2,7	↔	30	6,2	
		Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	560	590	598	↔	7	1,2	↑	38	6,8	
		Outros serviços	186	187	174	↔	-13	-7,0	↔	-12	-6,6	
		Serviços domésticos	162	157	158	↔	1	0,6	↔	-4	-2,6	
Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)		Total	3.573	3.801	4.019	↑	219	5,8	↑	446	12,5	
Massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$ milhões)		Total	14.312	15.641	16.473	↑	833	5,3	↑	2162	15,1	

Nota: As indicações de significância estatística para as variações das estimativas deste quadro, representadas graficamente pelas setas, são determinadas por testes de hipóteses acerca dos parâmetros. Ver: FREITAS, M.P.S, LILA, M.F. "Estimação de intervalos de confiança para estimadores de diferenças temporais na Pesquisa Mensal de Emprego". Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento.

Fonte: PNAD Contínua/IBGE (2025).

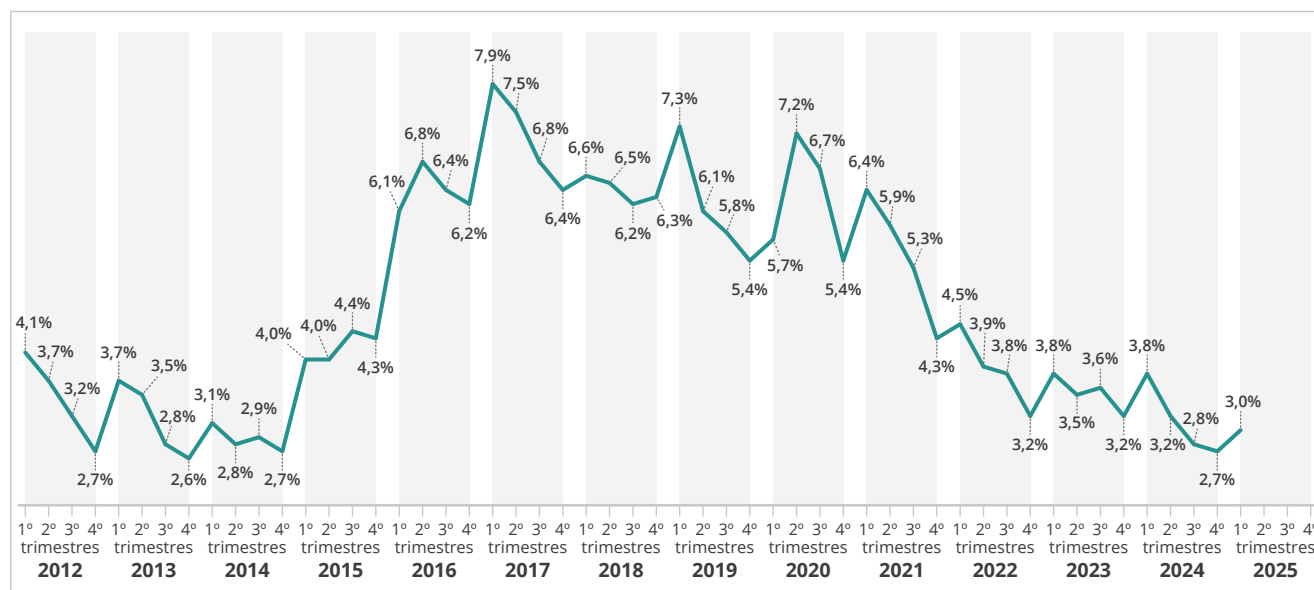
Desocupados no mercado de trabalho



Os dados mais recentes da PNAD Contínua apontam que, em Santa Catarina, são estimadas 128 mil pessoas à procura de trabalho, um aumento de 14 mil pessoas em relação ao trimestre anterior. Em relação ao mesmo trimestre de 2024, houve a **expressiva diminuição de 33 mil pessoas desocupadas, uma redução de aproximadamente 20,5%. Historicamente, a taxa de desocupação de Santa Catarina no primeiro trimestre de 2025 é a menor para o trimestre na série histórica.**

Com isso, **a taxa de desocupação no estado se mantém em um patamar consideravelmente baixo, de 3,0%**, percentual abaixo da média da série histórica, de 4,7%. **Dentre os estados do Brasil, Santa Catarina apresenta a menor taxa de desocupação do país**, seguida por Rondônia (3,1%) e Mato Grosso (3,5%), enquanto a média nacional foi de 7,0%. A atual taxa catarinense representa um aumento de 0,3 pontos percentuais (p.p.) na comparação com o trimestre anterior, e diminuição de 0,8 pontos percentuais (p.p.) em relação ao 1º trimestre de 2024.

Gráfico 6: Taxa de desocupação, na semana de referência, por trimestre (em %) – SC, 2012-2025.



Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

População desocupada

Classificam-se como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência da pesquisa. Consideram-se também como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, pois já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de 4 meses após o último dia da semana de referência.

Na análise regionalizada de Santa Catarina, a Região Metropolitana de Florianópolis apresentou a maior taxa de desocupação, de 4,5%. Ainda que elevada, essa taxa apresenta redução de 1,4 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2024. A região concentra aproximadamente 27,9% das pessoas subutilizadas residentes em Santa Catarina.

Já a Região Oeste apresentou a menor taxa de desocupação, de apenas 1,6%. Também possui a menor proporção de pessoas subutilizadas em relação ao total do estado, abrigan-do aproximadamente 7,4% dessa população.

Tem destaque, ainda, as regiões Litoral Sul e Serrana Catarinense, com crescimento de 7,8% na quantidade de pessoas ocupadas.

Tabela 2: Pessoas desocupadas e taxa de desocupação - 1º trimestre de 2024 e 1º trimestre de 2025 - SC e Estratos Regionais

Estratos Regionais	1º trimestre 2024		1º trimestre 2025		
	Taxa de desocupação	Pessoas Ocupadas (mil)	Taxa de desocupação	Pessoas Ocupadas (mil)	Proporção de pessoas subutilizadas na força de trabalho em relação ao total de SC
Oeste	2,1%	540	1,6%	541	7,42%
Litoral Sul e Serrana Catarinense	3,5%	868	2,6%	936	20,52%
Vale do Itajaí	3,4%	1.139	2,6%	1.171	21,83%
Litoral Norte e Planalto Norte	4,1%	800	3,9%	778	22,71%
Região Metropolitana de Florianópolis	5,9%	697	4,5%	702	27,95%
Santa Catarina	3,8%	4.044	3,0%	4.128	

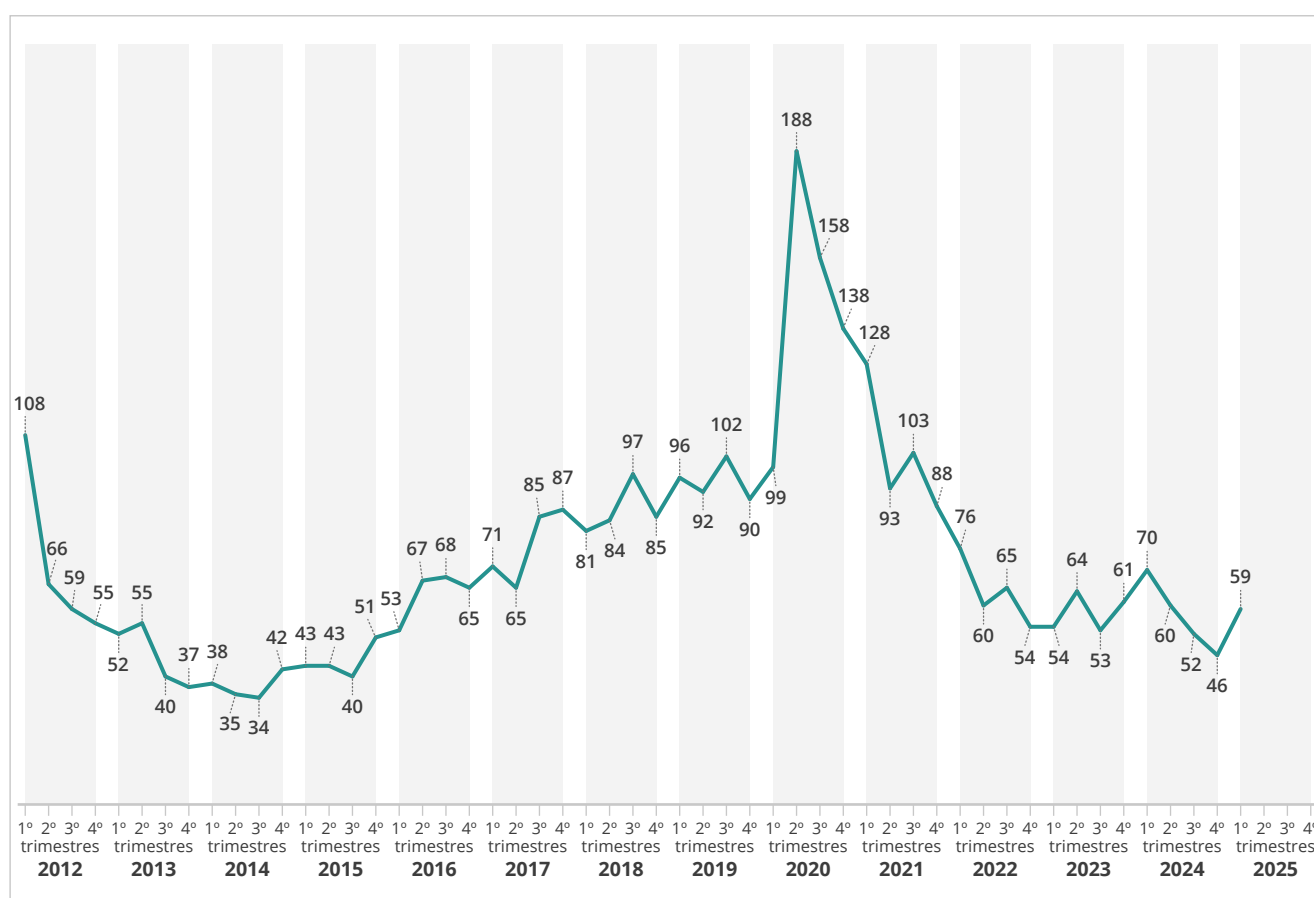
Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

Os dados para estratos regionais são divulgados pelo Painel da PNAD Contínua e constituem estatísticas experimentais ainda em fase de teste e avaliação.

Força de trabalho potencial

No Estado, a força de trabalho potencial encontra-se estimada em 59 mil pessoas, conforme último levantamento da PNAD Contínua. No primeiro trimestre de 2025, houve aumento de 13 mil trabalhadores potenciais em relação ao trimestre anterior, um crescimento de 28,2%. Em relação ao mesmo trimestre no ano anterior, o estado registrou uma diminuição de 15,7% na força de trabalho potencial.

Gráfico 7: Pessoas de 14 anos ou mais de idade que compõem a força de trabalho potencial na semana de referência (em milhares) por trimestre – SC, 2012-2025



Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

Força de trabalho potencial

Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam potencial de se transformarem em força de trabalho. É formada por dois grupos: 1) pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; 2) pessoas consideradas em desalento, que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

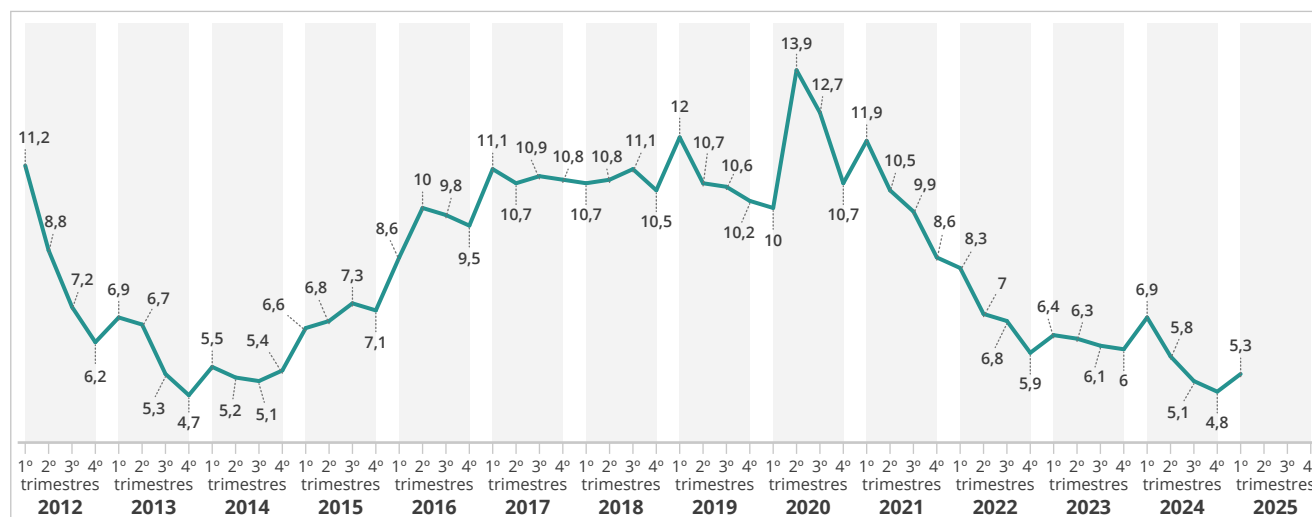
Subutilização da força de trabalho

No total, conforme dados do primeiro trimestre de 2025, o percentual da população subutilizada foi de 5,3% da força de trabalho no Estado. Na comparação com o trimestre anterior, houve aumento de 0,5 p.p. e, na comparação com o mesmo período de 2024, a diferença foi de -1,6 p.p. **Com a atual taxa, Santa Catarina apresenta o menor patamar de subutilização da força de trabalho entre todos os estados do país**, bem abaixo do resultado nacional, que foi de 15,9%.

Dentre os diferentes subgrupos que compõem a taxa composta de subutilização, a diminuição da taxa verificada entre o primeiro trimestre de 2024 e o mesmo trimestre em 2025 resultou da diminuição do número de pessoas desocupadas (-33 mil), do número de pessoas subocupadas por insuficiência de horas (-20 mil) e da força de trabalho potencial (-11 mil).

Santa Catarina apresentou, também, o menor percentual de pessoas desalentadas na força de trabalho entre os estados da federação, de apenas 0,3%. Em seguida, estão Rio Grande do Sul e Mato Grosso, ambos com 0,8%. No Brasil, 2,8% das pessoas que compõem a força de trabalho se encontram desalentadas.

Gráfico 8: Taxa composta da subutilização da força de trabalho (em %), por trimestre – SC, 2012-2025



Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

Taxa composta de subutilização da força de trabalho

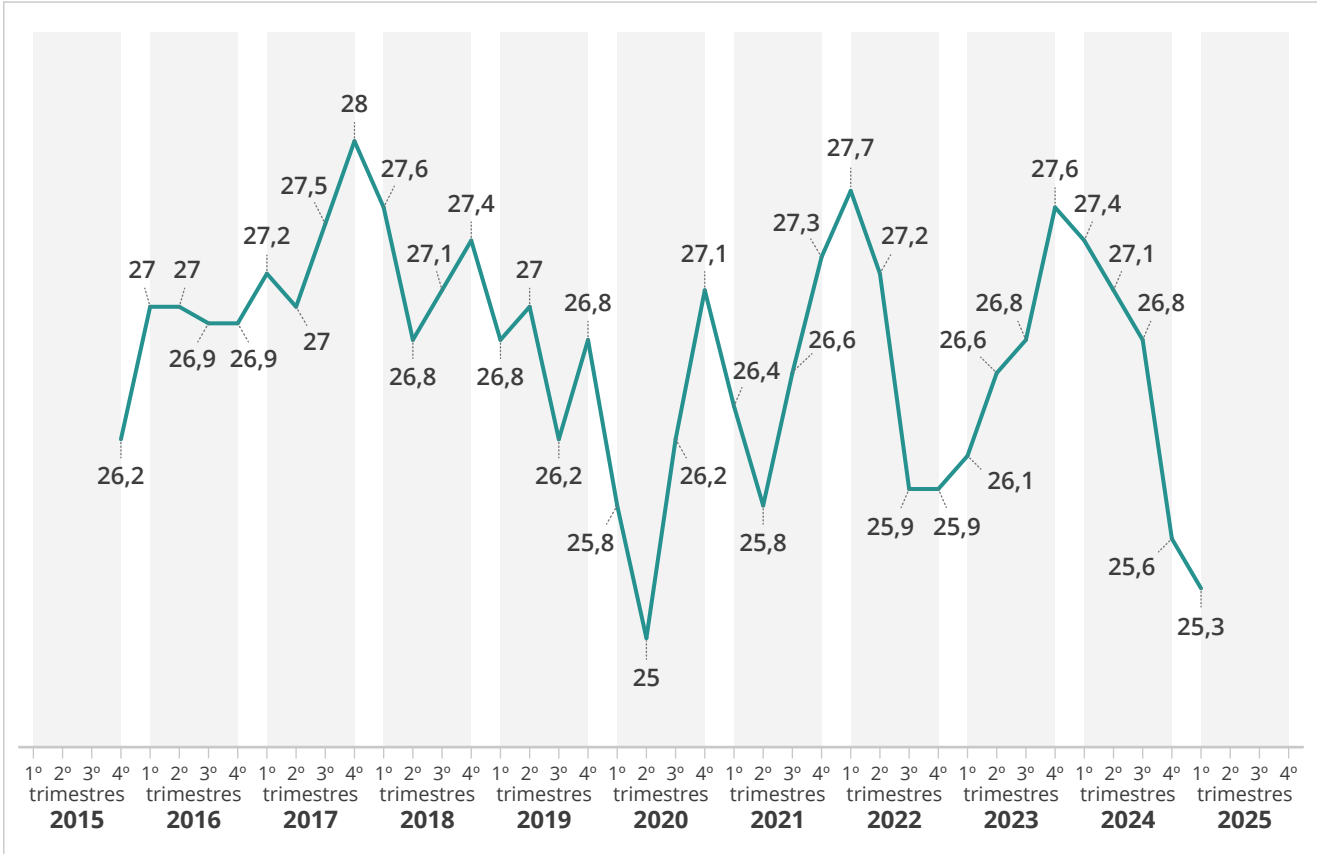
Considera a proporção de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial composta por pessoas em duas situações: (I) realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana; (II) não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis na semana sobre a quantidade de pessoas na força de trabalho ampliada (força de trabalho e força de trabalho potencial).

Trabalhadores informais

Em Santa Catarina, o percentual de pessoas ocupadas sem carteira de trabalho assinada ou sem CNPJ, caso fossem empregadores ou trabalhassem por conta-própria, foi estimado em 25,3%. Isso significa que **74,7% dos trabalhadores catarinenses estão no mercado formal**. Ou seja, 0,3 p.p. abaixo do resultado registrado no trimestre anterior.

Em comparação com o mesmo trimestre em 2024, houve redução de 2,1 p.p. A taxa atual, de 25,3%, representa o **menor patamar para o trimestre da série histórica**, iniciada em 2016. Com esse resultado, **SC mantém o posto de menor taxa de informalidade dentre os estados do Brasil, bem abaixo da média nacional, de 38,0%**.

Gráfico 9: Taxa de informalidade por trimestre – SC, 2015-2025



Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

Taxa de informalidade

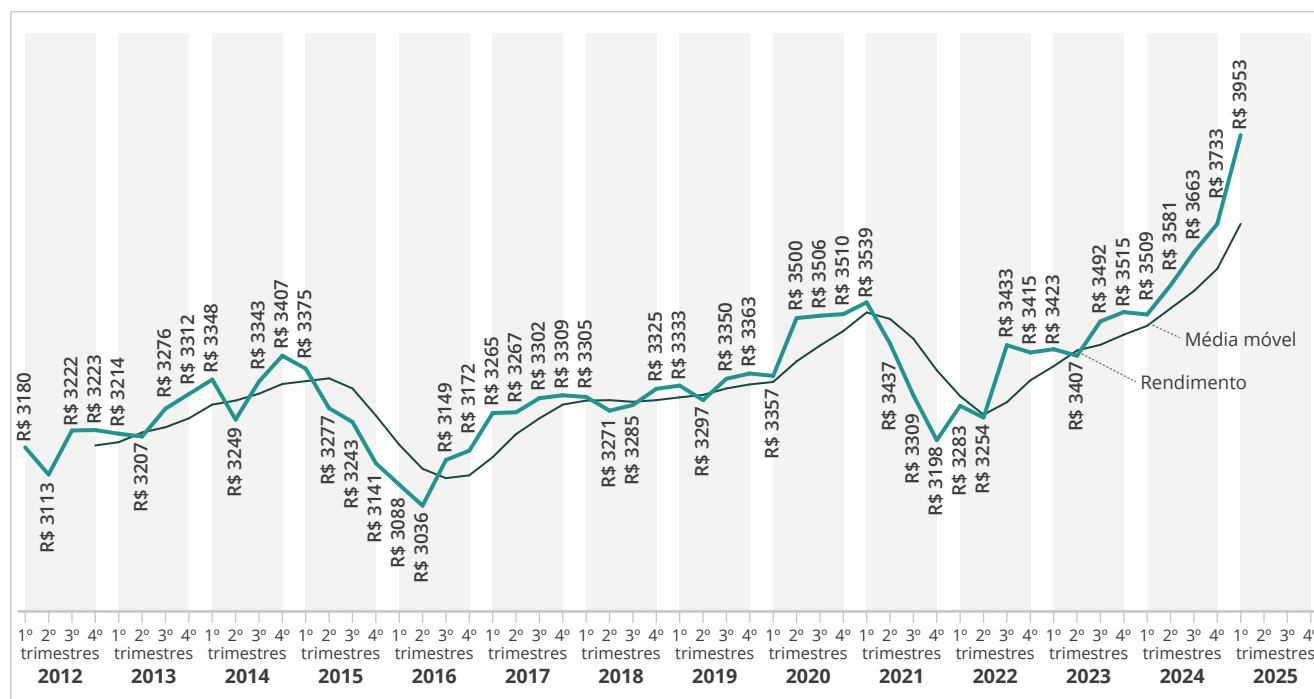
Proporção sobre os ocupados das pessoas ocupadas como “empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, “trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada”, “empregador sem CNPJ”, “conta própria sem CNPJ” e “trabalhador familiar auxiliar” no trabalho principal.

Rendimento dos trabalhadores

No primeiro trimestre do ano, o rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal em Santa Catarina equivalia a R\$ 3.953,00. Em relação ao trimestre anterior, houve elevação em termos reais de 5,89%. Em relação ao mesmo período de 2024, houve um **aumento do rendimento médio de 12,65%**, ou seja, um aumento do poder de compra do trabalhador catarinense. Isso se reflete no aumento do consumo das famílias e, consequentemente, no crescimento econômico do estado.

Desde o segundo trimestre de 2022, a média móvel do rendimento mostra aumento médio real, pela décima primeira vez consecutiva, mantendo a tendência de recuperação do mercado de trabalho após os impactos imediatos da pandemia da Covid-19.

Gráfico 10: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido no mês de referência, pelas pessoas de 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (reais) e média móvel do rendimento (quatro últimos trimestres) – SC, 2012-2025



Fonte: Seplan (2025), com base em PNAD Contínua/IBGE (2025).

* Para cálculo do valor real é utilizado o deflator da média do último trimestre de coleta divulgado, conforme a Nota Técnica (maio/2015 - atualizada em 16/10/2018).

Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal

É o rendimento bruto real médio habitualmente recebido no mês de referência no trabalho principal que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do trimestre mais recente que está sendo divulgado, com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).



Situação geral do mercado de trabalho catarinense

Em SC, o mercado de trabalho encontra-se em situação favorável, com elevada taxa de participação (68,4%) e baixa taxa de desocupação (3,0%).

Com base nas informações anteriores, é possível dimensionar a evolução recente no mercado de trabalho. **Atualmente, percebe-se que o mercado de trabalho se encontra em uma situação favorável**, pois conta com uma (historicamente) elevada taxa de participação (68,4%), aliada a uma baixa taxa de desocupação (3,0%). Em outras palavras, há um elevado aquecimento no mercado de trabalho catarinense por ocupações e essa demanda se encontra atendida, em termos estritamente quantitativos.

GOVERNO DO ESTADO
DE SANTA CATARINA

Jorginho Mello

Governador

Marilisa Boehm

Vice-governadora

SECRETARIA DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Fabrício Oliveira

Secretário

Lucas Amancio

Secretário Adjunto

DIRETORIA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS (DIPP)

Samires Felipe

Diretora de Políticas Públicas

Pietro Caldeirini Aruto

Gerente de Avaliação
e Monitoramento de
Políticas Públicas

Renato Souza Tristão

Gerente de Indicadores
e Dados de Governo

Paulo Zoldan

Gerente de
Informações Estratégicas

Daniele Cristina Knihs

Apoio Técnico

Isadora Varela Silva

Apoio Administrativo

Especialistas FAPESC

Cassiana Mendonça Pottmaier

Jean Samuel Rosier

Jéssica Gomes Lima

Luciana Camargo Castro

Micheline Guerreiro Krause



Secretaria de Estado do Planejamento
Diretoria de Políticas Públicas

✉ politicass.pubblicas@seplan.sc.gov.br

📷 [/planejamentosc](https://www.instagram.com/planejamentosc)

🌐 www.seplan.sc.gov.br



Foto: Jonatã Rocha / SECOM-SC



Centro Administrativo do Governo
Rod. SC 401 – Km 15, nº 4.600
88032-900 – Saco Grande, Florianópolis/SC

☎ +55 (48) 3665-1400

📷 [/GovernoSC](https://www.instagram.com/GovernoSC)

🌐 www.sc.gov.br